

**ILUSTRÍSSIMO (A) RESPONSÁVEL PELA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES PREFEITURA DE SÃO GONÇALO - RJ**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023

**NATIVITTA PLANEJAMENTOS PROJETOS E GERENCIAMENTO EM
SAUDE E AMBIENTE EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ
nº 11.049.077/0001-72, estabelecida na Rua Luzia Vieira Henriques, nº 270, Bairro
Matadouro, CEP. 28.300-000, na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro,
por meio de seu procurador, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023, amparada na Lei nº
8.666/93, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos:

I – DOS FATOS

O Edital ora impugnado tem como objeto a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA RETIRADA DE
OSSADAS HUMANAS DO OSSUÁRIO E DESCARACTERIZAÇÃO, TRANSPORTE
(OS ACONDICIONAMENTOS DOS OSSOS DEVERÃO SER EM SACOS PRÓPRIOS
E IDENTIFICADOS COMO INFECTANTE), INATIVAÇÃO MICROBIOLÓGICA
(POR INCINERAÇÃO OU PROCESSO SIMILAR) E DESTINAÇÃO FINAL DE
RESÍDUOS SEPULCRAIS DOS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
– RJ**”.

Inicialmente cumpre destacar que o presente processo licitatório objetiva a contratação de serviços contínuos, cujo o critério de julgamento não será o de melhor técnica, mas sim o melhor preço, maior desconto, visando assim, AMPLA COMPETIÇÃO entre as empresas interessadas em participar.

Sabe-se que um processo de contratação de serviços, seja por pregão ou concorrência, deve ser elaborado dentro das normas estabelecidas pela legislação. As exigências devem ser restritas e limitadas as necessidades contratuais, de modo a garantir o maior número de participantes/propostas no certame, sendo exigida e assegurada a plena execução dos serviços, ou seja, “as normas disciplinadoras da licitação, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”.

Nesse sentido, a empresa impugnante aponta que exigir o que é dispensável e o que é discriminatório, compromete o caráter competitivo do certame e onera em demasia os custos, fazendo com que o preço seja majorado.

Contudo, percebe-se que no edital em tela, se encontra exigência injustificada discriminatória, que carece que retificação para garantir o atendimento dos princípios licitatórios:

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO – DO CONSELHO (ENTIDADE) DE CLASSE COMPETENTE (necessidade de constar também o CRQ)

Percebe-se que consta no Edital e no seu ANEXO I: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e ANEXO II – PROJETO BÁSICO as seguintes exigências:

“7.4.1.1 Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da circunscrição da sede da empresa licitante, nos termos do art. 65 da lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.”

“5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Certidões e atestados: a prestadora de serviço deverá comprovar a aptidão exigida para desempenho das atividades que fazem parte do objeto da licitação, através de seu registro no CREA, ou CAU e seus profissionais deverão apresentar uma, ou mais certidões, ou atestados, com CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA / CAU;”

“3.1.1 Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da circunscrição da sede da empresa licitante, nos termos do art. 65 da lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.”

Como se vê, erroneamente o edital deixou de constar também a possibilidade de se utilizar o Conselho Regional de Química (CRQ).

Ocorre que o próprio art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93 não traz nenhuma opção de que a Administração Pública pode escolher e determinar o conselho de classe que a licitante deve utilizar, apenas permitindo **que exija o conselho de classe competente**, podendo optar pelos competentes para o objeto da licitação.

O instrumento convocatório está restringindo a participação para as pessoas jurídicas e responsáveis técnicos que tenham registro exclusivamente do no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou CAU, e bem como, que tenham Atestados Técnicos registrados (CAT) no CREA ou CAU unicamente, o que precisa ser adequado, vejamos:

Cumpra esclarecer que os serviços a serem prestados para atender o objeto do Edital podem ser realizados por profissionais e por empresas registradas junto ao CREA/CAU ou **Conselho Regional de Química (CRQ)**, bem como, os responsáveis técnicos podem comprovar seu acervo por meio de atestados técnicos registrados (CAT) no CREA/CAU ou CRQ, não podendo a administração escolher os órgãos de classe excluindo de forma injustificada outro tão competente para os serviços quanto os escolhidos.

Não se deve excluir a possibilidade de participação de empresas, responsáveis técnicos e Atestados com CATs que possuem registro no CRQ, conselho igualmente competente e reconhecido e competente para o objeto em questão.

Vejamos:

O próprio Conselho Federal de Química, em seu art. 8º, alínea “f” da Lei 2.800/56 prevê:

Art. 1º - Fica designado, para efeito do exercício profissional, correspondente às diferentes modalidades de profissionais da química, o seguinte elenco de atividades:

[...]

08 - Produção, tratamentos prévios e complementares de produtos e resíduos.

Além disso, se pode mencionar INÚMEROS editais com o MESMO OBJETO EM TELA, que corretamente trazem a permissão de utilização do Conselho Regional de Química (CRQ), vejamos alguns exemplos:

1. Prefeitura Municipal de Saquarema, Processo 6063/2023, com objeto um contrato específico para serviço de COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO E DESTINAÇÃO FINAL (INCINERAÇÃO) de resíduos de exumações, classificados como Classe I – Resíduos Perigosos, oriundos dos Cemitérios Públicos, objetivando garantir a destinação final ambientalmente adequada. EXIGÊNCIA: 21.12. A licitante deverá apresentar a Certidão de Registro no órgão de classe correspondente, admitindo-se a participação de empresas com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Regional de Biologia - CRBIO ou **Conselho Regional de Química - CRQ**; 21.13. A empresa deverá comprovar que possui em seu quadro permanente responsável técnico devidamente habilitado perante o órgão de classe, conforme item anterior, sendo **ENGENHEIRO AMBIENTAL, BIÓLOGO ou QUÍMICO**;
2. MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, Processo Administrativo Nº 18412/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, CREMAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE OSSADAS HUMANAS PROVENIENTES DE EXUMAÇÃO, DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS CARIBALDO PRINCE, TAMBÉM CONHECIDO COMO CEMITÉRIO DE PORTÃO E CEMITÉRIO DE AREIA BRANCA, LOCALIZADOS NESTE MUNICÍPIO, TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA NESTE EDITAL. REQUISITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS. EXIGÊNCIA: 8.4.1 Registro ou inscrição da CONTRATADA e do responsável técnico no **Conselho Regional de Química –**

CRQ ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região da sede da CONTRATADA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação;

3. PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS/RS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 683/2022, com objeto a contratação de empresa para transporte, coleta e destino final de resíduos de exumação do cemitério municipal e dos resíduos oriundos dos serviços de saúde. EXIGÊNCIA: l) Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, CREA ou **CRQ**. m) Registro do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa (engenheiro ou outro) no Conselho Regional de Engenharia, CREA ou **CRQ**. n) Atestado Técnico do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa **registrado no CREA/CRQ**, comprovando que os responsáveis técnicos vinculados a Empresa licitante tenham executado com bom desempenho o serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto da licitação.
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ, PROCESSO Nº 4651.2022.20, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03 / 2023, que tinha como objetivo a formação de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, incineração e destinação final de resíduos sepulcrais (Ossos / Restos Mortais, Caixão / Madeira, Tecidos / Roupas / Vestimentas) dos dois Cemitérios Municipais de Queimados, do Centro e do Vale da Saudade, pelo período de 12 (doze) meses. EXIGÊNCIA: 12.11.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Biologia (CRBIO) **ou Conselho Regional de Química (CRQ)**, com Indicação do objeto social compatível com a presente licitação. Em se tratando de empresa não

registrada no CREA, CRBIO ou CRQ deste Estado, esta deverá apresentar a certidão de registro e quitação do CREA, CRBIO **ou CRQ** do Estado de sua origem, ficando a licitante, caso seja a vencedora, obrigada a apresentar o visto do CREA, CRBIO ou **CRQ** deste Estado antes da assinatura do contrato.

12.11.2. Comprovação de aptidão da licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, na forma prevista no § 1º do artigo 30 da Lei Federal No 8.666/93 e suas alterações posteriores, de contrato executado e devidamente averbado nos Conselhos CREA, CRBIO ou CRQ, referente ao serviço de tratamento / destinação final de resíduos.

5. Município de Itaboraí/RJ, Pregão Eletrônico nº 56/2023, visando a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO, COM DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E OSSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ”. EXIGÊNCIA: 11.12.1. Comprovação de aptidão da licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, na forma prevista no §1º do artigo 30 da Lei Federal No 8.666/93 e suas alterações posteriores, da ata de registro executado e devidamente averbado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Biologia (CRBIO) **ou Conselho Regional de Química (CRQ)**, referente a atividade principal e parcela de maior relevância do objeto da licitação.

Entre outros inúmeros processos licitatórios análogos ao processo em questão em que todos permitem a utilização do **Conselho Regional de Química (CRQ), que estranhamento e injustificadamente foi suprimido do Edital ora impugnado.**

Portanto, a presente licitação da forma como está agride as normas legais, bem como as normas que embasam a administração pública, excluindo a participação de empresas que optaram pela utilização do CRQ, devendo ser alterado para se adequar e constar a opção do Registro da empresa e do responsável Técnico junto ao CREA/CAU ou CRQ e Atestados Técnicos dos responsáveis técnicos registrados junto ao CREA/CAU ou CRQ, sem restringir exclusivamente ao CREA/CAU, o que se requer.

III - PEDIDO

Por todo o exposto, requer:

O recebimento e processamento da presente impugnação, na forma da Lei;

A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 22/06/2023 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei;

Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, conheçam e DEEM TOTAL PROVIMENTO À PRESENTE IMPUGNAÇÃO, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.

INCLUINDO a opção do Registro da empresa e do responsável Técnico junto ao CREA/CAU ou CRQ e Atestados Técnicos dos responsáveis técnicos registrados junto ao CREA/CAU ou CRQ, conforme amplamente explicado acima.

No restante, pugna, após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossas Senhorias convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA!

Para o caso de se julgar improcedente a impugnação – o que não se espera, mas se admite a título de argumentação –, requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, a qual deverá ser enviada para o e-mail gerente@nativitta.com.br.

Pleiteia-se, ainda, não sendo este o entendimento desta Comissão Permanente de Licitação, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.

Termos em que, aguarda deferimento.

Campos dos Goytacazes/RJ, 19 de junho de 2023.

11.049.077/0001-72
NATIVITTA PLANEJAMENTOS, PROJETOS E
GERENCIAMENTO EM SAÚDE E AMBIENTE-
Rua Luzia Vieira Henriques, 270
Matadouro - CEP 28.300-000
ITAPERUNA - RJ

NATIVITTA PLANEJAMENTOS, PROJETOS E GERENCIAMENTO EM SAÚDE E
AMBIENTE LTDA
CNPJ sob nº 11.049.077/0001-72
NATIVITTA PLAN. PROJ. E GERENC. EM SAÚDE E AMBIENTE EIRELI
CNPJ/MF nº 11.049.077/0001-72
P/p Sedenir Balbinot
CPF 015.322.939-09
Procurador